

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE ESTÁGIO REMUNERADO NO BRASIL

XER, Solayne Pereira Freitas (PPGEdu/UFGD)^{1*}

Agência de Financiamento/Capes

MILITÃO, Andréia Nunes (UEMS/UFGD)²

RESUMO: Esse trabalho, proveniente de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tem como objetivo mapear teses e dissertações que tratam sobre o estágio remunerado no Brasil. De abordagem qualitativa, adota como recorte temporal o ano de homologação da Lei do Estágio, 2008, e, finda em 2024, período de desenvolvimento da pesquisa. Elegemos como método a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), tendo como *lócus* de pesquisa o Banco de Teses e Dissertações da Capes e o repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), apoiadas no referencial de Diniz-Pereira (2022). A partir desse trabalho, concluímos que há a necessidade de aprofundamento de pesquisas sobre a temática, pois permanece como um objeto pouco investigado. Os trabalhos encontrados indicam utilização do materialismo histórico-dialético como base teórica; as concepções encontradas nas pesquisas mapeadas se distanciam da finalidade a qual pretende o estágio, a formativa. O estágio remunerado é um modelo de estágio que promete a efetivação de professores formados e a realização de novos concursos públicos.

Palavras-chave: Licenciaturas; Trabalho; Estágio Remunerado.

1 Introdução

Este artigo apresenta os resultados de Revisão Sistemática da Literatura vinculada a uma pesquisa de mestrado, concluída no âmbito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), vislumbrou realizar um panorama das pesquisas sobre estágio remunerado no Brasil. Foram realizadas buscas no Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para observar metodologias, autores, tendências e lacunas sobre o estágio remunerado.

O estágio remunerado é um tema emergente dentro do campo da Formação de Professores, necessita de pesquisa sob diversos ângulos. O estágio remunerado tem nova regulamentação em 2008, porém sua concepção já vinha sendo traçada

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) (solaynepereira2015@gmail.com).

² Professora Associada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD (andreiamilitao@ufgd.edu.br).

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

desde 1942 com o Decreto-Lei n. 4.073 que estabelecia o estágio como um período de trabalho que o jovem realizaria em alguma indústria. Mais tarde, em 1946, assume uma característica mais prática de racionalidade técnica, nesse modelo fica esclarecido o tempo que o estagiário permaneceria no local de trabalho.

Em 1967, com a Portaria nº 1002/1967, foi permitida a admissão de estagiários nas fábricas e indústrias, conforme condições previamente acordadas com faculdades e escolas técnicas e estabelecidas por meio de contratos-padrão de Bolsa de Complementação Educacional. Essa perspectiva de estágio dos anos 1960 e 1970, teve como finalidade formar mão de obra capacitada para atender a um setor produtivo, competitivo impulsionado pela inovação tecnológica com uma perspectiva instrumental e técnica (Batista, 2020).

Após 1980, influenciado pela crise internacional, o Brasil passou a discutir a efetividade do modelo estatal, sob forte influência das ideias neoliberais de organismos internacionais. Construímos a Constituição Federal de 1988 que trouxe pilares fundantes para todas as políticas no Brasil, estabelecendo direitos e deveres dos cidadãos em nosso país, porém, a respeito do estágio não estabeleceu nenhuma normativa.

As reformas empreendidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) com discurso de modernização em 1995, tiveram impactos significativos na carreira docente, como o excesso de avaliações educacionais (Militão; Perboni; Santana, 2019), o que culminou para flexibilização e precarização da carreira docente, por exemplo.

O estágio remunerado destoa de toda construção epistemológica contida no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que, amalgamado a matriz curricular das universidades, tem uma perspectiva de formação do acadêmico, direcionando à práxis docente. Após muita luta estudantil por reconhecimento e direitos, fomentou a construção da Lei do Estágio n. 11.788/2008, que em princípio organizou o estágio em uma proposta geral.

Porém, com a Lei n. 11.788/2008, o estágio remunerado fica delimitado quais são os elementos necessários para tornar-se bolsista do estágio remunerado. Mas a Lei não organiza o estágio remunerado em sua construção, onde encontramos uma brecha de precarização e flexibilização do trabalho docente.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Para Pretto (2022, p.21), o estágio remunerado representa "uma particularidade do estágio não obrigatório", configurando uma tipologia em que "O estudante que optar por dedicar um tempo para a realização de um estágio receberá, da empresa ou instituição contratante, a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha ser acordada, bem como de auxílio-transporte".

Assim, como outros pontos elencados Pretto (2022), considera-se que o estágio remunerado é um "pedido de socorro" dos acadêmicos para continuarem na universidade em formação. Neves (2019), explica que, por conta da desvalorização da educação pública muitos jovens acabam conciliando o trabalho e estudo, e o estágio remunerado parece uma boa alternativa e perspectiva de uma profissão (Neves, 2019).

É essencial que um professor acompanhe os estudantes ao longo do estágio, garantindo que esse processo seja formativo e promova a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, dando base sólida à práxis profissional. No entanto, observamos que o estágio remunerado, frequentemente, carece de uma orientação adequada.

A facilidade de utilização do estagiário como mão de obra barata tem acarretado a ausência de concursos públicos e contratação de professores pelas prefeituras, escolas e empresas. Pela via de contratos precarizados ou também chamado de Termo de Contrato de Estágio recorrem a acadêmicos, oferecendo bolsas com valores baixos, sem condições mínimas de segurança e formação necessárias para desempenhar as funções. Essa prática é utilizada para reduzir custos, contribuindo significativamente para a precarização da educação.

Neste sentido, faz-se necessária essa pesquisa que pretende analisar as teses e dissertações produzidas no Brasil sobre essa temática.

2 Desenvolvimento

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) que empreendemos teve como respaldo de Diniz-Pereira (2022), que indica como primeiro passo para a revisão a definição de pergunta norteadora para a busca. Portanto, para essa pesquisa a pergunta norteadora é: como está configurado o estágio remunerado nos cursos de licenciatura do Brasil e qual a influência no trabalho do profissional docente?

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

A elaboração de um quadro conceitual configura o segundo elemento da revisão sistemática, a pesquisa tem como referência os autores que discutem o estágio remunerado, são eles Pretto (2022), Guaragni (2019), Brito (2013), Neves (2019), Demschinski (2020), Batista (2020), Giesen (2020). A partir da definição do estágio remunerado ou estágio não obrigatório.

Ressalta-se que o Estágio Remunerado a partir da Lei n. 11.788/2008 refere-se à atividade “não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (Brasil, 2008), como um tipo de “auxílio” ao trabalho do professor/a sem que esteja trabalhando de fato na escola, seu vínculo é mantido a partir da universidade, em parceria com a escola e empresa que contrata o estagiário.

O terceiro passo realizado é o protocolo de revisão, que tem quatro itens a seguir, são eles: levantamento, refinamento, sistematização e por fim análise. Realizado o início do levantamento no repositório da Capes, utilizando o descritor “Trabalho” com o booleanos AND “Trabalho Docente” AND “Estágio Remunerado” filtrou-se seis dissertações ao final de todo o processo.

Na pesquisa no repositório BDTD com os mesmos descritores, foram localizadas sete dissertações, dessas sete, três já estavam contabilizadas no repositório da Capes. No fim, o total de dissertações separadas totaliza 10 trabalhos. Para o refinamento foi organizado um quadro para melhor visualização dos achados da revisão. Como critério de exclusão, figuram os trabalhos que não tratavam de Estágio Remunerado, Estágio não Obrigatório nas palavras-chave, critério de exclusão trabalhos com dissonância entre título, resumo e palavra-chave e a coerência com aquilo que descrevia se tratar não foram selecionados.

Realizou-se a RSL focada no mapeamento de teses e dissertações no Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando descritores específicos de busca. A seleção dos trabalhos foi realizada a partir da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos. Após essa triagem inicial, selecionou-se os estudos mais relevantes e produziu-se fichas sinópticas contendo informações como: nome do autor, orientador, linha de pesquisa, título do trabalho, palavras-chave e resumo, estruturado em objetivos, metodologia e resultados. Dos trabalhos selecionados obtivemos o seguinte quadro:

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Quadro 1 – Quadro demonstrativo da Revisão Sistemática Capes e BDTD

Tipo	IES	Título	Autoria	Orientador (a)	Ano
Dissertação	UFSCAR	Estágio remunerado, formação, profissionalização e precarização do trabalho docente: um estudo a partir do programa residência educacional.	BRITO, Solange Aparecida da Silva	NAKAYAMA, Bárbara C. M. Sicardi	2013
Dissertação	UNICENTRO	A Flexibilização das Relações de Trabalho e Suas Implicações na Prática Pedagógica: os estagiários da educação infantil na rede de ensino de Guarapuava-PR.	GUARAGNI, Mariana Prado	MELO, Alessandro	2016
Dissertação	UNICENTRO	(Des) Caminhos da Valorização Docente: o Estágio Não Obrigatório na Educação Infantil em Redes Municipais de Educação da Microrregião de Irati — Paraná.	NEVES, Maria Letícia	LIMA, Michelle Fernandes	2019
Dissertação	UFG	O estágio remunerado no curso de Educação Física: desafios da formação e do mundo do trabalho.	BATISTA, Mirna Moreira	BARRA, Valdeniza Maria Lopes da	2020
Dissertação	UFES	Docência na Educação Infantil: Interseções entre Vivências de Atuação e de Formação Inicial.	GIESEN, Karina de Fátima	CÔCO, Valdete	2020
Dissertação	UEPG	A Realização de Estágio Não Obrigatório por Estudantes de Cursos de Licenciatura em Pedagogia: Impactos e Interesses.	DEMSCHINS KI, Sandra Cristina	FLACH, Simone de Fátima	2020
Dissertação	UNIOESTE	O Estágio Não Obrigatório Remunerado: Desdobramentos para a Formação e Trabalho Docente na Educação Infantil.	PRETTO, Maria Edineia Sousa Vargas	PORTELINHA, Ângela Maria Silveira	2022

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Após o levantamento dos trabalhos eles foram organizados em arquivos para leitura aprofundada, segundo Brito (2013), a partir de uma pesquisa documental em seu município, evidenciou que em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 onde a titulação para exercer a licenciatura passou a depender da universidade, levando a sobrecarga de matrículas. Abrindo espaço aos organismos internacionais com suas “reformas educativas” Batista (2020), para investir na educação brasileira com viés ideológico distorcido, impulsionando uma formação “pragmática e tecnicista” Brito (2013).

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Para Guaragni (2016), analisa as condições de trabalho dos estudantes contratados no Estágio Remunerado na Educação Infantil em Guarapuava-PR, realizando a pesquisa de campo com entrevista e conclui que, trata-se de uma forma de emprego disfarçada e que o modo de produção capitalista contribui para essa flexibilização do trabalho docente.

Neves (2019) assim como Demschinski (2020) aponta que os estudantes aceitam o estágio remunerado como uma alternativa econômica, para continuarem estudando. Assim como as demais autoras explica que o estágio remunerado fomenta a precarização do trabalho docente.

De acordo, com Batista (2020), pontua que as políticas de 1960 e 1970 iniciaram com uma formação em serviço o que garantiu ao estágio caráter instrumental e técnico, e que a ditadura militar de 1964 contribuiu para essa construção de estágio, o que desenrolou na desumanização dos indivíduos.

Giesen (2020), teve como foco o estágio remunerado na Educação Infantil, traça uma construção importante de como a Educação Infantil sai de uma perspectiva assistencialista para um viés educacional. Que a partir das lutas em prol de valorização da Educação Infantil e seus profissionais, ainda existe muitas auxiliares exercendo o papel de professoras em CMEIs.

Demschinski (2020), faz uma análise crítica baseada no materialismo histórico-dialético, evidenciou resultados sociais, políticas e econômicas, aponta que o principal motivo dos estudantes decidirem pelo estágio remunerado é a necessidade financeira, ainda que isso decline para exploração e desvalorização docente.

Pretto (2022) que analisou de forma detalhada o trabalho dos estagiários remunerados em Centros Municipais de Educação Infantil, com base em sólida fundamentação teórica e pesquisas anteriores. A autora destaca as implicações do estágio não obrigatório na formação docente e aponta a necessidade de refletir mais profundamente sobre o papel dos estagiários no contexto educacional.

As discussões e resultados trazida nos trabalhos das autoras evidenciam uma condição de contrato precário de trabalho, sem nenhuma seguridade para os estudantes, que se dispõem a fazer parte desse modelo de estágio por carência financeira e esperança de contratação por Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

3 Conclusão

Concluindo todas as etapas da revisão, ficaram apenas sete dissertações que traziam a importância de pesquisar mais sobre essa temática, pesquisas de abordagem qualitativa e duas anunciam como quanti qualitativa, de maneira mais crítica, três delas anunciam o materialismo histórico-dialético como vertente teórica. As conclusões dos trabalhos analisados não indicam possibilidades de acabar com esse tipo de estágio ou se seria melhor reformulá-lo.

Com relação às concepções de estágio encontradas nas pesquisas, estas diferem da finalidade do estágio tal qual conhecemos, define-se como um trabalho, mas sem segurança garantida pela carteira assinada via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou concurso, assinam um contrato que exime a empresa, escola e a universidade de qualquer obrigação com esse estagiário. Consideramos que essa formatação provoca desarranjos para efetivação de professores concursados em cargos públicos.

Ainda existem muitas lacunas a se pesquisar sobre o Estágio Remunerado, porém, o que já temos pesquisado e o que se levantou a partir dos repositórios pesquisados esse modelo de estágio não se limita a uma única licenciatura e não é uma particularidade de apenas uma região.

Além de ser um agente de precarização da formação docente, e flexibilização do trabalho docente, o estágio remunerado se afasta da perspectiva que o estágio preconiza a emancipação do sujeito através da práxis formativa.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Mirna Moreira. **O estágio remunerado no curso de Educação Física: desafios da formação e do mundo do trabalho.** 2020. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstreams/05851167-9326-4554-a826-fee716665891/download>. Acesso em: 6 abr. 2025.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Síntese sistemática de pesquisas sobre práticas pedagógicas no Brasil: uma análise da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação conceito 7 da Capes (2006–2015). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1–29, 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxeducativa/article/view/18745>. Acesso em: 6 abr. 2025.

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

MILITÃO, Andréia Nunes; PERBONI, Fábio; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros. A expansão dos sistemas avaliativos e a teoria crítica: um diálogo (im)pertinente. RIAEE – 242 **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 4, p. 2046–2056, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12927/8696>. Acesso em: 8 abr. 2025.

NEVES, Maria Letícia. **(Des) caminhos da valorização docente: o estágio não obrigatório na educação infantil em redes municipais de educação da microrregião de Iratí – Paraná**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCEN_b7d2abe09df2d0d04d3527e023a26198. Acesso em: 6 abr. 2025.

PRETTO, Maria Edinéia Sousa Vargas. **O estágio não obrigatório remunerado: desdobramentos para a formação e trabalho docente na educação infantil**. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, São Francisco Beltrão, 2022. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6226/5/Maria_E_S_V_Pretto_2022.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

Fontes

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Regula a criação e funcionamento de escolas profissionais industriais mantidas pela União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. 15 de jul. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei orgânica do ensino normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. 15 de jul. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicacompile.htm. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 6 abr. 2025.